



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rondônia



Projeto de Autoavaliação Institucional

2022-2024

REITOR PRÓ-TEMPORE DO IFRO

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

ARIJOAN CAVALCANTE DOS SANTOS

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

JACKSON BEZERRA NUNES

PRÓ-REITOR DE ENSINO

EDSLEI RODRIGUES DE ALMEIDA

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

MARIA GORETH ARAÚJO REIS

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

GILMAR ALVES LIMA JÚNIOR

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ARIQUEMES

ENIO GOMES DA SILVA

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CACOAL

DAVYS SLEMAN DE NEGREIROS

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS COLORADO DO OESTE

MARCOS AURÉLIO ANEQUINE DE MACEDO

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM

ELAINE OLIVEIRA COSTA DE CARVALHO

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS JARU

RENATO DELMÔNICO

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS JI-PARANÁ

LETÍCIA CARVALHO PIVETTA

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PORTO VELHO CALAMA

LEONARDO PEREIRA LEOCARDIO

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

ARIADNE JOSEANE FELIX QUINTELA

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

MIGUEL FABRICIO ZAMBERLAN

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VILHENA

AREMILSON ELIAS DE OLIVEIRA



COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO TRIÊNIO 2022-2024

DAUSTER SOUZA PEREIRA		PRESIDENTE (DOCENTE)
JOELSON DIAS DA SILVA		VICE-PRESIDENTE (TAE)
VIVIANE CRISTINA CAMELO		SECRETÁRIA (TAE)
ROSA MARTINS COSTA PEREIRA		MEMBRO TITULAR (DOCENTE)
ERIKA LINO BUENO		MEMBRO TITULAR (DISCENTE)
JEOVANE JANDRE ANGELI DE ZORZI		MEMBRO TITULAR (DISCENTE)
EDMAR DA COSTA ALVES		MEMBRO SUPLENTE (TAE)
ERIVALDO VINCENH SOUSA SILVESTRE		MEMBRO SUPLENTE (DISCENTE)
EDUARDA DOS SANTOS DE FARIA		MEMBRO SUPLENTE (DISCENTE)

IFRO

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2022-2024

Documento elaborado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO em consonância com as exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	06
2. HISTÓRIA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
3. JUSTIFICATIVA	09
4. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES	11
4.1. Objetivos Específicos, Metas e Ações	11
5. ESTRATÉGIAS	14
6. METODOLOGIA	15
6.1. Definição da População de Pesquisa	22
6.2. Instrumento e Técnicas de Coleta de Dados	22
6.3. Escalas e Critérios de Análise	23
7. RECURSOS	24
8. CRONOGRAMA	25
9. REFERÊNCIAS	25

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) apresenta este Projeto com base na Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na Portaria nº 2.051/2004 que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES, na Resolução nº 55/2017 que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da CPA/IFRO e demais legislações correspondentes com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a orientação para expansão da oferta de ensino e o aumento permanente de sua eficácia institucional.

O processo de construção deste Projeto de Autoavaliação Institucional teve como fundamentação os documentos institucionais norteadores do desenvolvimento desta autarquia, em especial o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Este, por sua vez, possibilitou o planejamento da autoavaliação institucional, pautada no acompanhamento dos objetivos, metas, ações e projetos nele propostos.

Destaca-se, não por acaso, que este projeto terá vigência de 3 (três) anos, mesmo lapso temporal da atual formação da CPA. É importante ressaltar que o início da atuação desta Comissão coincide com o último ano de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Desse modo, esse projeto contempla ações de avaliação do PDI vigente (2018-2022) e deverá ser revisado para acompanhar as ações previstas no PDI 2023-2027.

Esse fato possibilitará à CPA a socialização de relatórios parciais, a emissão de pareceres acerca da implementação das ações voltadas ao crescimento institucional de acordo com as prospecções constantes no PDI, bem como, a emissão de outros documentos necessários para o alinhamento institucional às dimensões contidas na Lei do SINAES.

A CPA desempenha papel fundamental na instituição, pois tem a responsabilidade de planejar, conduzir e sistematizar os processos de Avaliação Institucional segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 10.891/2004, abrangendo a realidade e as diferentes dimensões do IFRO, especialmente as expressas no PDI e no Projeto Pedagógico Institucional - PPI. Será com base nos resultados diagnósticos obtidos por meio da aplicação das avaliações, objeto deste projeto, que a CPA orientará a expansão da oferta de ensino, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especificamente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da Instituição.

Este documento apresenta um breve histórico da Instituição, bem como, sua estrutura organizacional. Define objetivos, estabelece metas e descreve as ações pelas quais objetiva-se obter resultados tangíveis, por meio das estratégias definidas e da metodologia aplicada, contribuindo, assim, para o alcance da missão institucional. É, portanto, o referencial para a Avaliação Institucional no IFRO.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A referida lei reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nacionalmente, a instituição faz parte de uma rede federal de educação profissional, científica e tecnológica centenária, que teve sua origem no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, por meio do qual foram criadas 19 Escolas de Aprendizizes Artífices.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, atuando na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade. Regionalmente, é resultado da integração de Escolas Técnicas Federais em Rondônia, à época em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, com 15 anos de existência. A fusão originou uma Reitoria, com a previsão de funcionamento de cinco campi: Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena, e um Campus Avançado em Cacoal.

Atualmente, o Instituto Federal de Rondônia possui dez campi implantados em municípios estratégicos do estado. Mas o processo de expansão e interiorização do IFRO se faz também por meio da criação e implantação de polos de apoio presencial da Educação a Distância (EaD). Atualmente, são 59 polos de EaD em parceria com 44 municípios do estado. Conforme dados do Painel de Indicadores de 20/05/2022, o IFRO estava com 113 cursos e 11.299 matrículas totais (sendo 8.152 no presencial e 3.147 na EaD). Com relação ao nível de ensino, o IFRO possui 5.842 estudantes matriculados no Ensino Médio e 5.457 na graduação, além de 1.237 servidores (docentes efetivos: 605 e docentes substitutos: 75; TAEs: 556).

O IFRO é administrado pela Reitoria e pela Direção-Geral dos dez Campi existentes em: Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte e Vilhena, com apoio dos órgãos colegiados, conforme a estrutura organizacional, especificada na Resolução nº 65/Consup/IFRO/2015.

Cada campus possui regimento interno próprio, organizado conforme as diretrizes institucionais, elaboradas a partir do Estatuto e Regimento Geral e emanadas do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior. A estrutura organizacional está assim definida:



Fonte: PDI, 2018-2022.

Conforme se observa, a Comissão Própria de Avaliação - CPA é um órgão de assessoramento, e é composta pelos segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição.

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES é o órgão colegiado que tem como função coordenar e supervisionar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é formado por três componentes principais: a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Por meio desses três componentes, o SINAES avalia os seguintes aspectos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações físicas, a sustentabilidade financeira e as políticas institucionais.

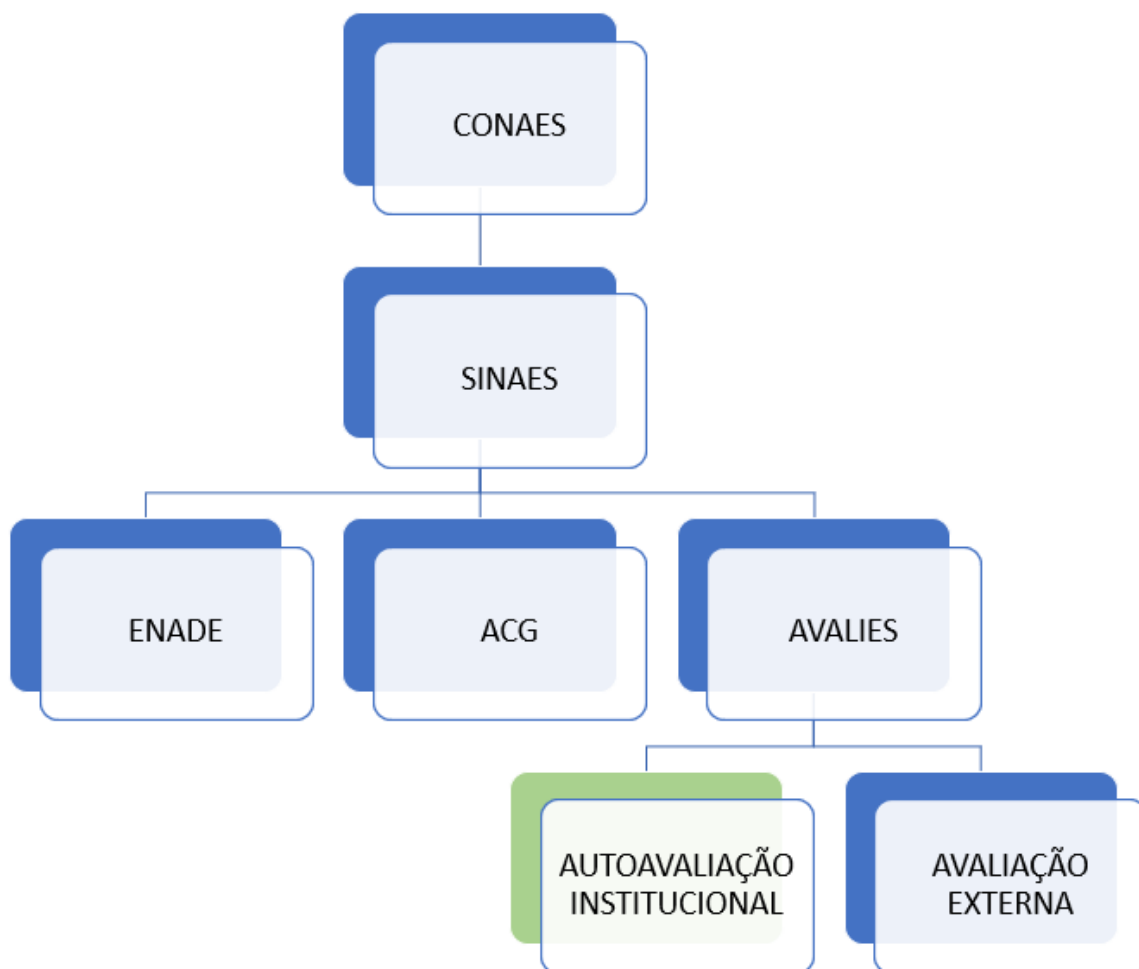
O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior possui os seguintes instrumentos complementares: autoavaliação institucional, avaliação externa, ENADE, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no país, toda a operacionalização é de responsabilidade do INEP.

As Instituições de Educação Superior – IES utilizam as informações obtidas por meio dos instrumentos do SINAES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Essas informações também são utilizadas pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, instituições acadêmicas e público em geral para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos.

A Avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES, tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais dividindo-se em duas etapas: autoavaliação e a avaliação externa *in loco*.

Realizada por comissões designadas pelo INEP, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e pelos relatórios das autoavaliações institucionais. Por sua vez, a autoavaliação institucional é assistida, sistematizada e aplicada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.

Conjuntamente, os processos avaliativos (interno e externo) devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceituais, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. Abaixo o organograma dessas entidades:



O IFRO tem autonomia para oferecer cursos de ensino superior e cursos técnicos de nível médio. A Comissão Própria de Avaliação apresenta o presente projeto objetivando a realização da avaliação institucional de todos os níveis de ensino da instituição, com base na proeminente possibilidade de avaliação de ambos os níveis pelo MEC e o fato do mesmo ser para o período 2022/2024.

4. OBJETIVOS, METAS E AÇÕES

A Avaliação Institucional objetiva a melhoria da qualidade da educação, a orientação da expansão da oferta de ensino, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especificamente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da Instituição, por meio da valorização da missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

4.1. Objetivos Específicos, Metas e Ações

A seguir são apresentados os objetivos específicos, as metas a serem alcançadas e as ações a serem realizadas no triênio 2022 a 2024 do Projeto de Autoavaliação Institucional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	AÇÕES
Promover formas de sensibilização e motivação para a participação no processo de autoavaliação.	Alcançar 100% da comunidade acadêmica. Aumentar a participação em 5% nas avaliações institucionais em relação à anterior. Ampliar os processos de avaliação institucional para discentes de cursos de pós-graduação.	Campanha de divulgação para alunos e servidores; Produção de vídeos institucionais por segmento (alunos, docentes, TAEs e Gestores); Ações para mídias sociais; Panfletos, mural, portal acadêmico e mídias sociais; Palestras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	AÇÕES
<p>Diagnosticar a atual situação da Gestão quanto ao cumprimento dos objetivos estratégicos propostos no PDI.</p>	<p>Mapear as potencialidades e deficiências dos Cursos da Instituição.</p>	<p>Analisar os objetivos estratégicos do PDI 2018-2022 e o Relatório de Gestão;</p> <p>Realizar a roda de conversa com NDEs e Coordenadores de Curso;</p> <p>Planejamento integrado, forma de atuação, dificuldades e êxitos</p>
<p>Propor ações para desenvolvimento institucional com base na autoavaliação institucional.</p>	<p>Elevar as notas nas avaliações do MEC.</p> <p>Incentivar o uso de ferramentas institucionais para identificar a efetivação das demandas propostas.</p>	<p>Elaborar um Programa de Avaliação Interna de Cursos de Graduação do IFRO.</p> <p>Apresentação <i>in loco</i> os resultados da avaliação.</p> <p>Elaborar boletins resumidos e de fácil compreensão pela comunidade.</p> <p>Indicar o nível de suporte necessário para cada unidade com base nos resultados da autoavaliação institucional alinhados com os objetivos estratégicos previstos no PDI.</p>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	AÇÕES
<p>Manter o processo de avaliação contínuo, evolutivo e flexível.</p>	<p>Instituir as Comissões internas de assessoramento.</p> <p>Desenvolver o projeto de avaliação institucional para o triênio.</p>	<p>Capacitar as Comissões.</p> <p>Realizar reuniões de planejamento.</p> <p>Encaminhar o Plano Anual de Trabalho com previsão orçamentária.</p> <p>Elaborar a previsão orçamentária para a manutenção do processo de avaliação.</p> <p>Aperfeiçoar o instrumento de avaliação institucional.</p> <p>Modernizar a forma de aplicação do instrumento de avaliação institucional.</p> <p>Incluir a coordenação de avaliação e controle interno das unidades de acompanhamento das propostas, conforme Regimento Interno das unidades.</p>

A estratégia para a promoção das formas de sensibilização e motivação e a consequente participação no processo de autoavaliação institucional e alcance de cem por cento da comunidade acadêmica da instituição está alavancada em grandes movimentos de ações midiáticas e setoriais junto aos *campi* e Reitoria. Tais ações podem ocorrer por meio de palestras, cursos, encontros, reuniões, rodas de conversa e outros eventos presenciais e/ou on-line.

A autoavaliação institucional pauta-se nas informações apresentadas no documento “Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições” elaborado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, que norteia as propostas de autoavaliação das Instituições de Ensino Superior a partir de três núcleos (tópicos básicos e comuns, optativos e de documentos, dados e indicadores) que indicam, de acordo com as particularidades da Instituição, os principais elementos a serem avaliados. Por sua vez, a Comissão Própria de Avaliação do IFRO realizará a avaliação institucional com base nas 10 (dez) Dimensões da Avaliação Institucional (orientações gerais) estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, artigo 3º.

Inicialmente, para a execução das ações de autoavaliação, a CPA conduzirá o processo e concomitantemente fará o levantamento e a indicação de servidores que atendam ao perfil para assessoramento e auxílio na condução do processo de avaliação institucional, bem como, poderá utilizar-se de processos seletivos por meio de edital. É de responsabilidade dos membros titulares capacitar e orientar os membros das comissões especiais de assessoramento nas atividades designadas, os quais, ao fim da execução dos trabalhos a que foram incumbidas, deverão emitir um relatório conclusivo padrão apresentado pela Comissão Própria de Avaliação, visando orientá-la no desenvolvimento do processo de avaliação institucional.

Terminada a fase diagnóstica, a Comissão manterá o processo de avaliação contínuo, evolutivo e flexível, realizando reavaliações periódicas nas formas de atuação e avaliação, propondo ações para o desenvolvimento institucional com base no relatório da autoavaliação institucional, por meio da emissão de boletins, pareceres ou relatórios locais ou documentais.

O projeto de avaliação institucional está baseado nos objetivos estratégicos apontados no Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI, bem como, na Nota Técnica NEP/DAES/CONAES nº 65/2014 que estabelece o “Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional” que traz como um dos objetivos destacar a relevância da autoavaliação da IES para a educação superior de acordo com os eixos dispostos no art. 3º da Lei nº 10.861 da seguinte forma:

EIXO	DIMENSÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	Aprimorar e integrar as ações de planejamento e gestão.
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: A missão e o plano de desenvolvimento institucional.	<p>Aprimorar e integrar as ações de planejamento e gestão.</p> <p>Fortalecer a identidade institucional e o relacionamento interinstitucional.</p>
	Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	<p>Consolidar e expandir cursos em consonância com os arranjos produtivos, culturais e sociais locais;</p> <p>Desenvolvimento regional sustentável;</p> <p>Formação de cidadãos capazes de transformar a realidade social;</p> <p>Soluções inovadoras para o avanço científico, tecnológico e produtivo.</p>

EIXO	DIMENSÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI
<p>Eixo 3: Políticas Acadêmicas</p>	<p>Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.</p>	<p>Fortalecer e ampliar as atividades de educação a distância;</p> <p>Consolidar e expandir cursos em consonância com os arranjos produtivos, culturais e sociais locais;</p> <p>Fortalecer e integrar as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica;</p> <p>Aprimorar e intensificar o desenvolvimento e o uso de tecnologias e metodologias educacionais;</p> <p>Desenvolver parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais.</p>
	<p>Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.</p>	<p>Fortalecer a comunicação institucional junto aos públicos estratégicos;</p> <p>Fortalecer a identidade institucional e o relacionamento interinstitucional.</p>
	<p>Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes.</p>	<p>Fortalecer e integrar as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.</p>

EIXO	DIMENSÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI
<p>Eixo 4: Políticas de Gestão</p>	<p>Dimensão 5: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.</p>	<p>Intensificar a capacitação e a qualificação de servidores, com foco nos resultados institucionais;</p> <p>Valorizar os servidores e melhorar o ambiente organizacional.</p>
	<p>Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.</p>	<p>Aprimorar e integrar as ações de planejamento e gestão.</p>
	<p>Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.</p>	<p>Otimizar a aplicação e fomentar a captação de recursos orçamentários e extraorçamentários.</p>

EIXO	DIMENSÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI
<p>Eixo Física 5: Infraestrutura</p>	<p>Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.</p>	<p>Valorizar os servidores e melhorar o ambiente organizacional;</p> <p>Ampliar e consolidar a infraestrutura acadêmica, administrativa e tecnológica.</p>

Dessa forma, a autoavaliação institucional seguirá as seguintes etapas metodológicas no primeiro ciclo:

2022	2023	2024
<p>Elaboração do Plano Anual de Trabalho - PAT da CPA com previsão orçamentária para a condução do processo de avaliação institucional.</p>	<p>Elaboração do Plano Anual de Trabalho - PAT da CPA com previsão orçamentária para a condução do processo de avaliação institucional.</p>	<p>Elaboração do Plano Anual de Trabalho - PAT da CPA com previsão orçamentária para a condução do processo de avaliação institucional.</p>
<p>Construção do projeto de avaliação institucional.</p>	<p>Atualização do projeto de avaliação institucional.</p>	<p>Atualização do projeto de avaliação institucional.</p>

2022	2023	2024
Sensibilização comunidade acadêmica.	Sensibilização comunidade acadêmica.	Sensibilização comunidade acadêmica.
Elaboração de mecanismos e procedimentos para assegurar a participação voluntária dos envolvidos na autoavaliação.	Atualização de mecanismos e procedimentos para assegurar a participação voluntária dos envolvidos na autoavaliação.	Atualização de mecanismos e procedimentos para assegurar a participação voluntária dos envolvidos na autoavaliação.
Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.	Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.	Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.
Avaliação das demandas dos cursos de Graduação.	Rodas de conversa com NDEs e coordenadores do curso.	Rodas de conversa com NDEs e coordenadores do curso.
Avaliação <i>in loco</i> da estrutura física*.	Avaliação <i>in loco</i> da estrutura física**.	Avaliação <i>in loco</i> da estrutura física***.
Sensibilização da comunidade acadêmica por meio de: palestras, vídeos, panfletos, murais, mídias sociais, portal acadêmico e cursos.	Sensibilização da comunidade acadêmica por meio de: palestras, vídeos, panfletos, murais, mídias sociais, portal acadêmico e cursos.	Sensibilização da comunidade acadêmica por meio de: palestras, vídeos, panfletos, murais, mídias sociais, portal acadêmico e cursos.
Aplicação do instrumento autoavaliativo mantendo o anonimato dos envolvidos no processo.	Aplicação do instrumento autoavaliativo mantendo o anonimato dos envolvidos no processo.	Aplicação do instrumento autoavaliativo mantendo o anonimato dos envolvidos no processo.

2022	2023	2024
<p>Requerer à Proen/Prodin o uso de ferramenta institucional para acompanhamento das ações dos cursos/<i>Campus</i> em atendimento às demandas indicadas no relatório de autoavaliação.</p>	<p>Acompanhar o uso de ferramenta institucional para acompanhamento das ações dos cursos/<i>Campus</i> em atendimento às demandas indicadas no relatório de autoavaliação.</p>	<p>Acompanhar o uso de ferramenta institucional para acompanhamento das ações dos cursos/<i>Campus</i> em atendimento às demandas indicadas no relatório de autoavaliação.</p>
<p>Requerer os relatórios do Controle interno e/ou Prodin de cada unidade, um relatório do plano de ação das coordenações com a finalidade de acompanhar o atendimento dos problemas apontados no relatório de avaliação institucional.</p>	<p>Acompanhar os relatórios do Controle interno e/ou Prodin de cada unidade, um relatório do plano de ação das coordenações com a finalidade de acompanhar o atendimento dos problemas apontados no relatório de avaliação institucional.</p>	<p>Acompanhar os relatórios do Controle interno e/ou Prodin de cada unidade, um relatório do plano de ação das coordenações com a finalidade de acompanhar o atendimento dos problemas apontados no relatório de avaliação institucional.</p>
<p>Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.</p>	<p>Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.</p>	<p>Atualização do instrumento de autoavaliação institucional.</p>
<p>Levantamento obtido por meio da aplicação dos dados</p>	<p>Levantamento obtido por meio da aplicação dos dados.</p>	<p>Levantamento obtido por meio da aplicação dos dados.</p>
<p>Análise e interpretação dos dados.</p>	<p>Análise e interpretação dos dados.</p>	<p>Análise e interpretação dos dados.</p>

2022	2023	2024
Apresentação dos resultados do processo de autoavaliação aos gestores.	Apresentação dos resultados do processo de autoavaliação aos gestores.	Apresentação dos resultados do processo de autoavaliação aos gestores.
Divulgação dos resultados do processo autoavaliativo para a comunidade, na perspectiva de formar uma cultura de participação na autoavaliação.	Divulgação dos resultados do processo autoavaliativo para a comunidade, na perspectiva de formar uma cultura de participação na autoavaliação.	Divulgação dos resultados do processo autoavaliativo para a comunidade, na perspectiva de formar uma cultura de participação na autoavaliação.
Envio do relatório parcial para o MEC.	Envio do relatório parcial para o MEC.	Envio do relatório final para o MEC.
-	Atualização do Projeto de Autoavaliação 2022-2024 tendo em vista a vigência do novo PDI 2023-2027	Avaliações das melhorias implantadas durante o Ciclo.
Participação nas Semanas Pedagógicas e Semana de Acolhimento dos estudantes dos <i>campi</i> e Reitoria para divulgação da CPA e da autoavaliação institucional.	Participação nas Semanas Pedagógicas e Semana de Acolhimento dos estudantes dos <i>campi</i> e Reitoria para divulgação da CPA e da autoavaliação institucional.	Participação nas Semanas Pedagógicas e Semana de Acolhimento dos estudantes dos <i>campi</i> e Reitoria para divulgação da CPA e da autoavaliação institucional.

**Por proximidade de campus;*

*** Por áreas.*

**** A ser definido.*

6.1. Definição da População de Pesquisa

A autoavaliação conduzida e sistematizada pela CPA terá como público alvo: discentes, docentes e TAEs do Instituto Federal de Rondônia – IFRO. Os levantamentos desenvolvem-se ao longo de várias fases. De modo geral, essas fases podem ser definidas na seguinte sequência:

- a) especificação dos objetivos;
- b) operacionalização dos conceitos e variáveis;
- c) elaboração do instrumento de coleta de dados;
- d) pré-teste do instrumento;
- e) seleção da amostra;
- f) coleta e verificação dos dados;
- g) análise e interpretação dos dados;
- h) apresentação dos resultados.

Para Fonseca (2002) as pesquisas do tipo levantamento caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. Quando o levantamento recolhe informações de todos os integrantes do universo pesquisado, tem-se um censo, no caso do IFRO, adotaremos essa abordagem.

6.2. Instrumento e Técnicas de Coleta de Dados

Para a realização da autoavaliação será utilizado o sistema informatizado denominado LIMESURVEY (programa desenvolvido em base open source, não proprietária, versão 2.50) e elaborado um questionário para coleta de dados com blocos de perguntas de múltipla escolha e em cada bloco uma questão para resposta discursiva, com limitação de 600 caracteres.

A coleta de dados será pelo acesso individual do respondente ao questionário disponibilizado no ambiente virtual, a partir de qualquer local, sem a interferência ou participação de servidores no processo de preenchimento das respostas.

Para acesso ao instrumento de coleta de dados por parte dos discentes, os membros da CPA e comissões especiais, visitarão as salas de aulas para mobilização, bem como para o estímulo aos docentes a levarem suas turmas, em diferentes dias e horários, aos laboratórios de informática dos diversos *campi* do IFRO, de forma a aumentar a participação discente no processo avaliativo.

Já para os docentes e TAEs será enviado um e-mail para cada servidor, convidando-o para participar do processo de autoavaliação, informando a disponibilidade de laboratórios e horários para o preenchimento do instrumento de autoavaliação. Podendo ser realizado o acesso por meio do computador pessoal ou institucional, garantindo em todas as possibilidades, o acesso único e anônimo.

A análise dos dados abordará critérios quantitativos e qualitativos. Os dados serão obtidos através de coleta com escalas ordinais do tipo *Likert*, de 5 (cinco) pontos para registro das avaliações atribuídas pelos segmentos consultados, sendo 5 (cinco) pontos de avaliação e 1 (uma) alternativa de “escape” (sem condições de avaliar), conforme descrição abaixo:

- **SCA - sem condições de avaliar:** sem condições de avaliar: não conheço o serviço, nunca utilizei o serviço, não preciso do serviço, não pertinente;
- **1 - inexistente:** inexistente: situação/serviço que não ocorra no campus/Reitoria ou que não esteja em funcionamento;
- **2 - insuficiente:** não atende as necessidades mínimas, a situação exige intervenção e medidas corretivas urgentes;
- **3 - suficiente:** atende as necessidades mínimas, precisa de intervenções para atingir a excelência;
- **4 - bom:** atinge as necessidades de forma satisfatória, necessita de ajustes para atingir a excelência;
- **5 - excelente:** atinge o objetivo com notoriedade, distinção e excelência.

Para a tomada de decisão será considerado o maior conceito indicado pela comunidade acadêmica. Desta forma, para a avaliação dos conceitos serão utilizados os seguintes indicativos de ação:

- **MANTER E APRIMORAR AS AÇÕES PRATICADAS:** quando a avaliação com maior votação pela comunidade for o CONCEITO 4 ou 5 entende-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes à esta questão devem ser mantidas e aprimoradas;
- **NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO ESPECIAL:** quando a avaliação com maior votação for o CONCEITO 3 entende-se que a questão atende os requisitos mínimos de qualidade, cabendo à gestão o desenvolvimento de ações direcionadas com objetivo de melhorar os indicadores;
- **NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO URGENTE:** quando a avaliação com maior votação pela comunidade for o CONCEITO 1 ou 2, entende-se que o indicador necessita de intervenção imediata por parte da gestão, com implementação de ações corretivas em caráter de urgência.

Para a análise do conceito “Sem Capacidade de Avaliar - SCA” considera-se os seguintes indicativos de ações:

- **NECESSIDADE DE ATENÇÃO:** quando o conceito “Sem Condições de Avaliar - SCA” for maior ou igual a 10% e menor que 20%, entende-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido. Considerando-se como um viés negativo e indicando a necessidade de desenvolvimento das questões relacionadas a esses quesitos;
- **NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO:** quando o conceito “Sem Condições de Avaliar - SCA” for maior ou igual a 20%, entende-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, cabendo à gestão o desenvolvimento de ações e políticas com objetivo de melhorar os indicadores em caráter de urgência.

Será disponibilizado, também, um espaço discursivo intitulado “Sugestões/críticas/elogios”, onde os membros de cada segmento poderão abordar problemáticas não incluídas no questionário objetivo, dessa forma adotar-se-á também a técnica de análise de conteúdo.

Salienta-se que para atender as expectativas de cada segmento, algumas questões não serão submetidas a todos os segmentos, como por exemplo: questões pertinentes aos discentes não serão apreciados pelos TAEs e docentes.

7. RECURSOS

Implantar um projeto de Avaliação Institucional requer da equipe e de todos os envolvidos a mensuração e a organização dos principais recursos a serem utilizados, uma vez que imprevistos podem dificultar a realização de uma atividade e a obtenção de resultados favoráveis. Dessa forma, a CPA apresenta em seu Projeto de Avaliação Institucional os recursos físicos, materiais, financeiros e humanos a serem utilizados.

Acerca dos recursos físicos e materiais, serão utilizados os já existentes em cada campus, qual seja: salas de aula, salas de reuniões, laboratórios, ginásios, auditórios e outros. Na Reitoria, para o desenvolvimento das atividades, faz-se necessário uma sala de reuniões específica equipada com instrumentos para a realização das atividades da Comissão.

Em relação aos recursos financeiros, estes serão planejados anualmente pela Comissão por intermédio do Plano Anual de Trabalho - PAT e a solicitação devidamente encaminhada ao setor responsável pela disponibilização de recursos, junto à Reitoria, uma vez que a CPA não é ordenadora de despesas.

Os recursos humanos necessários ao desempenho das atividades avaliativas institucionais são: os membros titulares e suplentes da CPA, as comissões especiais, os gestores de cada unidade seja ela *campus* ou Reitoria, os discentes, integrantes da comunidade escolar e sociedade civil organizada, especialistas em avaliação para ministrar treinamentos e outros profissionais que contribuam para o desenvolvimento das ações propostas.

Todos os recursos aqui apontados são previsões mínimas necessárias, logo, outros poderão ser solicitados via PAT, uma vez que a Comissão deve manter o processo de avaliação contínuo, evolutivo e flexível.

8. CRONOGRAMA

O cronograma para o desenvolvimento dos trabalhos apresentados neste projeto de avaliação institucional 2022-2024 será encaminhado anualmente por meio do Plano Anual de Trabalho da Comissão Própria de Avaliação, logo, cada uma das ações aqui especificadas estarão devidamente apontadas no referido documento.

9. REFERÊNCIAS

Plano de desenvolvimento institucional – PDI Lei nº 10.861 de 14 abril 2.004.

Documento do SINAES – Orientações Gerais para o Roteiro de Autoavaliação das instituições.

Documento CONAES – Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.